

AFRICANIDADES NA SALA DE AULA: A CAPOEIRA COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA E APRENDIZADO

Jadson Pereira Vieira

Graduando em História – UEPB. Pesquisador PROPESQ/UEPB

Kaline Ferreira Costa

Graduanda em História – UEPB. Pesquisador PROPESQ/PIBIQ/UEPB

Maria Regina Alves dos Reis

Graduanda em História – UEPB. Pesquisador PROPESQ/UEPB

Cleidiana Bem Elias

Graduanda em História – UEPB. Pesquisador PROPESQ/UEPB

Patrícia Cristina de Araujo Aragão

Professora do Departamento de História - UEPB

INTRODUÇÃO

A construção epistemológica dos saberes multiculturais é algo que abrange instâncias da vida em sociedades, sejam elas escolarizadas ou não, pois tais possibilidades que abarcam um leque de possibilidades que se pautam na “Alteridade” e no respeito à diversidade. Deste modo, ao percebermos o ensino de História da África e cultura afro-brasileira como ferramentas de difusão multicultural estamos na verdade, percebendo esta, enquanto uma ferramenta de aprendizagem bastante valorosa para ser trabalhada no contexto escolar. Uma vez que o ambiente escolar, por consenso, se encaixa como maior promotor e disseminador de valores dominantes de nossa sociedade. Assim, afirmar que o ensino desta área de conhecimento seria uma forma inovadora de abrir o ambiente escolar para novas visões e com isso começar a consolidar novos valores e percepções de mundo dos que participam diretamente ou indiretamente do contexto.

Nosso trabalho surge como um relato de experiência e uma possibilidade de contribuição para a barreira ainda muito difícil de ser transpostas que é a abertura para a percepção da cultura e da História dos povos Africanos e afro-descendentes em nosso país. Sabemos que nossa contribuição é mínima perto do que poderia ser feito para que a lei 10.639/03 fosse efetivamente concretizada, mas nossos estudos e nossas ações já contribuíram para tomada de consciência de alguns.

É necessário formar alunos/alunas multiculturais, usando sua excreção. Para uma sociedade também multicultural para assim atuar na sociedade livre de preconceito e sendo capazes da lutar contra as desigualdades cultural, sexista e política. (FOSECA, 2005, p.10)

Diante desta indagação é que começamos a pensar o papel da universidade enquanto promotora de conhecimento e fomentadora de aspectos materiais e humanos que possam ser utilizados para visibilizar tal a temática das diferenças socioculturais de nosso país, partindo deste ponto, podemos delinear uma construção de conhecimento de saia dos muros da instituição e adentre aos ambientes aonde podemos encontrar problemas e soluções.

O projeto PROPESQ/UEPB intitulado: AFRICANIDADES E AFROBRASILIDADES NA LEI 10.639/03 – UM OLHAR PARA AS ESCOLAS QUILOMBOLAS E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE-PB: CURRÍCULO, PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DOCENTE, nele, estamos analisando não apenas as questões curriculares e de formação de professor/a mais também lançaremos nossos olhares à educação básica e superior no que se refere as africanidades e afrobrasilidades, na construção dos conhecimentos dos estudantes. Também chamamos atenção às práticas pedagógica as abordagens metodológicas que podem ser utilizadas como forma de inovação no ensino em tal perspectiva. Daí pensarmos a oficina temática como uma das formas promovermos esta sensibilização dentro do contexto escolar.

Pensar que práticas inovadoras de ensino e como estas podem ser utilizadas no contexto educacional são algo interessante, pois estas podem ser apresentadas de forma que venham a contribuir como alternativas pertinentes para a interação entre o ensino de História e cultura afro-brasileira. Neste sentido, pensamos justamente na construção de valores pautados na sensibilização que temas relacionados ao eixo central de nosso projeto poderia trazer para os estudantes.

Com as diversas metodologias historiográficas inauguradas durante o século XX, o documento histórico deixou de ser a única fonte para as pesquisas, novos meios e novos objetos aos poucos foram sendo incorporadas ao ofício do historiador (LANGER, 2010. p.1)

As Práticas inovadoras podem se enquadrar perfeitamente nas novas linguagens no ensino, especialmente quando estamos falando de um componente curricular, tachado muitas vezes pelos estudantes como “chato”, a História. De todo modo, apesar de sabermos que a noção e a própria utilização destas novas metodologias não são tão recentes na academia e na escola. Nós percebemos que o documento histórico não pode está ligado apenas ao que foi passado metodicamente pelos relatos oficiais, isso se encaixa perfeitamente quanto estamos da cultura negra na escola, pois muitas vezes tais saberes são oprimidos, chegando a ser colocado em segundo plano nos documentos oficiais utilizados na escola, que no caso seria o livro didático de História. (Langer, 2010).

Quando trazemos a perspectiva de valorização da cultura afro-brasileira através de uma oficina temática, sobre a capoeira como construção de saber e quebra de estereótipos, estamos na verdade buscando trazer um só aspecto da cultura negra que por se só já faz com que a aula se torne mais atraente e dinâmica para os estudantes.

Deste modo nosso artigo tenta traçar a partir de então os relatos de experiência trazidos pela oficina temática, intitulada: “Cultura afro-brasileira na escola: outro olhar sobre a capoeira”, estamos na verdade lendo um pouco de nosso conhecimento teórico sobre a temática para ser distribuído na escola e com uso não fazer uma pesquisa apenas de coleta de dados , mas também um projeto que traga algo de novo para a comunidade escolar de Campina Grande –PB.

UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

A busca por um ensino pautado na multiculturalidade é algo ainda a ser profundamente buscado pela escola brasileira, especialmente quando estamos a falar da cultura afro-brasileira, esta na maioria das vezes é mostra de lado em detrimento de uma visão eurocêntrica que valoriza a figura dos povos europeus enquanto mais “civilizados do que os restantes existentes no planeta. Deste modo, acreditamos que esta busca pela inserção do respeito das diferenças partiria de uma aceitação de todos que fazem parte dos ambientes escolares de valores da heterogeneidade cultural, aqui incluímos, professores gestores educacionais, corpo administrativo e responsáveis diretos pela educação, donos de escola, entidades filantrópicas e gestores públicos (Candau, 2007).

Sabemos que as questões que envolvem a multiculturalidade são bastante amplas e cremos deste modo, impossíveis de ser abarcadas em uma discussão tão curta como esta. Mas é importante percebermos que a visão que se é passada sobre o negro é fruto muitas vezes da falta de debates que chamam a atenção para este fato.

Em termos políticos, a ênfase na identidade deriva do conhecimento de que certos grupos sociais têm, há muito, sido alvo de inaceitáveis discriminações. Entre eles, incluem-se os negros, as mulheres e os homossexuais. Tais grupos se têm rebelado contra a situação de opressão que os têm vitimado, e por meio de árduas lutas, têm conquistado espaços e seus direitos a cidadania (CANDAUI, 2007, P. 39)

Seríamos meramente reducionistas se afirmarmos que o desafio da inserção da multiculturalidade nas escolas sobre a temática apresentada aqui, seria fruto de uma passividade dos povos “oprimidos”, muito pelo contrário a luta dos movimentos negros organizados é uma batalha de longa duração na tentativa de consolidar a presença de sua História e cultura. De uma maneira afirmativa nos currículos, para tanto vemos que tal luta custou vidas e felicidades de muitos agentes sociais que deixaram sua liberdade de lado para lutarem pelos seus direitos.

Perceber a Lei 10.639/03 é lançar também um olhar para uma trajetória de luta social que repercutiu diretamente no ambiente escolar, mas que não só existe neste. Ele abrange várias instâncias sociais propiciando lutas de valores morais e identitários com os demais grupos étnico-sociais de nosso país.

Em qualquer sociedade, a construção da diversidade assume contornos diferentes de acordo com o processo histórico, relação de poder, imaginários, práticas de exclusão e inclusão que incidem sobre os diferentes sujeitos e grupos. Nesse sentido, é preciso compreender os processos históricos e culturais singulares vividos por esses grupos no contexto das desigualdades e como esses nem sempre são considerados lutam pela construção da democracia. (GOMES, 2008, P.70)

Outro ponto a ser levantado é com relação ao processo de andamento dos requisitos legais que dão subsídios para a utilização, no caso as diretrizes curriculares nacional, Estadual e municipal que dão apoio a construção de valores nos profissionais de educação que vão trabalhar diretamente com os estudantes. Já percebemos até aqui

que existe uma necessidade de implantação da cultura afro bem como existe leis que determinam também tal aspecto, então seria hora de adentrarmos ao que trata as diretrizes criadas a partir da promulgação da lei.

Com relação às diretrizes nacionais, estas traçam um panorama do Brasil com relação da realidade das populações negras, apontando aspectos históricos que envolvem tais povos desde os primeiros que aqui chegaram escravizados, até os que hoje vivem em um contexto de desigualdade, mostrados nos dados estatísticos nacionais (IBGE), neste também são apresentados mecanismos que sir vão como políticas públicas de caráter afirmativo a serem utilizados na sala de aula como intuito de valorizar tais populações excluídas.

As diretrizes curriculares nacionais são construídas como uma forma de delinear o que poderia ser feito para que a história e cultura brasileira fossem inseridas no contexto das escolas brasileiras, lembremos que as barreiras ainda seriam muito grandes a serem transpostas em uma sociedade que até pouco tempo tomava como verdade “o mito da democracia racial” (Reis, 2008).

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, P.6)

Junto com as diretrizes nacionais também foram lançados com o intuito de determinar as ações governamentais que se encaixam mostra perspectiva o plano nacional.

O Plano que apresentamos resulta de mobilização e esforços de muitas instituições, como a UNESCO, o CONSED, a UNDIME, de nossos Ministérios e também da contribuição de intelectuais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Nesta oportunidade registramos nossos agradecimentos pelo empenho

de todos, cientes de que a mobilização, o empenho e os esforços devem se manter ativos pois não há qualidade social da educação sem a efetiva participação das famílias e das comunidades.(PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA, 2004, p.3)

Com relação ao contexto estadual temos a contribuição das orientações curriculares criadas justamente para dá subsídio as diretrizes nacionais, só que esta abrange o contexto e a realidade cultural paraibana, abordando suas particularidades e carências ao que se refere o ensino o ensino deste tema. Foi elaborada pela pressão dos movimentos sociais e pela exigência do próprio Ministério da educação e cultura (MEC) para que o estado da Paraíba tivesse suas próprias orientações pedagógico, sendo assim, o conselho estadual de educação presidido pela historiadora Dr. ^a Rosa Maria Godói da Silveira, elabora suas próprias diretrizes à serem utilizadas em escolas da rede estadual e particulares no estado.

Com esta Regulamentação o conselho estadual de educação vem especificar, para o estado da Paraíba, uma serie de disposições legais, exarados pelo congresso nacional, o executivo federal, o conselho nacional de educação, sobre as mate que, hoje, constituem o que se denomina educação para as relações étnico-raciais e,em específico,sobre duas importantes culturas formadoras da sociedade brasileira, a saber a cultura negra e a cultura Indígena. (REGULAMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E DA HIATÓRIA E CULTURA INDÍGENA, 2010, p.5)

Seguindo a perspectiva das instâncias superiores percebemos que também foram delineadas as diretrizes municipais de campina Grande-PB, a pesar de pouco difundida por inúmeros agravantes esta existente e serve para em âmbito municipal delinear o que deve ser feito com relação ao ensino da cultura negra.

Com relação a prática de ensino percebemos que materiais técnicos e didáticos não faltam para darem apoio aos profissionais de educação para implantarem em seus trabalhos uma perspectiva de valorização das culturas ditas “oprimidas”, entretanto é preocupante saber que poucos materiais são utilizados e que infelizmente a realidade das escolas ainda é bem precária com relação a o fator humano sensibilizado para a promoção do discurso multicultural sob a égide da história e cultura da África e afro-brasileira.

Os professores ainda têm muito receio abrir seus debates para temas novos e polêmicos e muitas vezes nem são preparados academicamente para uma educação inclusiva, voltada para valores multiculturais. Mesmo quando capacitados para isto, o sistema muitas vezes ainda os obriga a se resguardarem a um currículo formal e metódico. Seria preciso a construção de valores nestes profissionais que atendessem a uma educação anti-racista.

A percepção da diversidade na escola está diretamente ligada à composição de estratégias de valorização de todas, pois estes diferentes grupos sociais passam a destacar mesmo que de formas subreptícias (Certeau, 2007) as suas singularidades e identidades, cobrando tratamento justo, com equidade, desmistificando a idéia de inferioridade que paira sobre as diferenças. O professor deve estar preparado para quantos estes grupos questionarem mesmo que futuramente as políticas de inclusão, as quais os mesmos têm direito, buscando superar a visão assistencialista que recai sobre o que é feito de forma distorcida sobre tais grupos, e mostrando que na verdade estes pertencem a categorias sociais incluídas em “políticas afirmativas” de valorização de sua cultura. Estes devem ser trabalhadas na escola pelo professor como uma forma dos estudantes começarem a ter o respeito às diferenças.

A educação anti-racista é pensada como um recurso para melhorar a qualidade do ensino e preparar todos os alunos e alunas para a prática escolar, a educação anti-racista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela, estereótipos e idéias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente, docente, etc.), precisam ser duramente criticados e banidos. É um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações. E, para isso, o olhar crítico é a valorização da igualdade nas relações. Almeja, nesse sentido,

possibilitar aos indivíduos pertencentes ao grupo de atingidos pelos preconceitos a reconquista de uma identidade positiva, dotada de amor e orgulho próprios. Nela é permanente o combate aos sentimentos de inferioridade e superioridade, visto que a palavra máxima da educação anti-racista é a igualdade entre os seres humanos (CAVALLEIRO, 2001, p. 149-150).

O principal alvo de uma educação anti-racista é a construção de uma sociedade mais digna e democrática para todos, que reconheça e respeite a diversidade. Nesse sentido, é preciso repensar o ensino de História e os demais saberes do conhecimento que podem contribuir com essa discussão, a fim de dar maior visibilidade à participação e à contribuição das populações negras no processo de formação da sociedade Brasileira dando ênfase as suas manifestações culturais. Isso possibilitará aos estudantes não só o conhecimento da história dos africanos e de seus descendentes no Brasil, mas também sua valorização.

A OFICINA PEDAGÓGICA E SEUS RESULTADOS

Quando se fala em educação eficaz pensa-se logo em algo que tenha a ver com o cotidiano, que sirva para a vida fora dos muros escolares e que ofereça respostas às demandas do dia-a-dia. Mas que demandas temos que priorizar, as sociais ou as econômicas?

Vivemos em espaços recheados de tecnologia, onde o trabalho e a gestão empresarial dão as cartas e os governos criam suas estratégias de sobrevivência refletindo acerca das bolsas de valores e de quanto vão ganhar ou perder com a nova proposta política. Que o mundo do trabalho está à frente das relações humanas é fato, mas, mesmo assim, não está separado das outras estruturas sociais como a família, a religião, a cultura...

Sendo assim, pensar a educação nesse contexto é pensar o que nos falta para tornar a escola fundamental na vida dos estudantes, e não um espaço obsoleto. Educação para o mundo do trabalho está sendo o principal papel das escolas técnicas (talvez o único), e as demais instituições educacionais passam a ser vistas como meros ambientes de convivência, uma convivência difícil e deturpada, onde grupos são criados

em detrimento da inclusão, ou seja, grupos que incluem os “iguais” e excluem os “diferentes”, tornando a escola uma espécie de “trincheira”.

A oficina pedagógica proposta pelo grupo PROPESQ/UEPB permitiu entendermos que a escola pode desempenhar vários papéis à medida que ensina para as relações sociais, e quando se trata das relações étnico-raciais esse papel se amplia ainda mais, uma vez que pode incluir em seu conteúdo questões relacionadas aos mais diversos espaços: política, economia, religião, etc., e como aqui estamos tratando sobre o racismo, descreveremos como se deu tal oficina temática desenvolvida com os estudantes de uma turma de ensino médio e como eles se comportaram em relação a isso.

O material levado foi slides, onde elaboramos conjuntos de imagens referentes ao racismo e a capoeira. Nossa intenção era chamar a atenção dos alunos para as diferentes posturas acerca do racismo e como a capoeira, uma cultura afro-brasileira, pode contribuir para a conscientização humana em relação ao respeito.

Inicialmente mostramos “imagens negras e brancas” a fim de sabermos quais delas eles escolheriam como preferidas. Assim, mostrou-se uma boneca negra e outra branca, uma mulher negra e outra branca (cada qual com uma beleza diferente), dois homens onde um era herói e outro assassino, um homem negro e um branco (belos em suas diferenças), imagens de religiosidades ocidentais, orientais e africanas, além do ateísmo, mapas da Europa, América, África e Ásia, e de cidades de cada um dos continentes representantes do mapa, onde uma imagem era esplendorosa e outra negativa, mas sendo da mesma localidade.

Quando perguntados quais eles escolheriam como sendo mais bonitos e/ou melhores para se viver, a grande maioria optou pelas figuras representadas por algo branco. O importante a ser frisado foi o fato de que apenas no caso da escolha do assassino, todos afirmaram que achavam ser o branco. No restante das escolhas imperou a opção pelo branco como sendo melhor. A boneca mais bonita foi a branca, o homem e a mulher também.

Destacamos o caso das religiosidades para continuarmos o entendimento acerca do racismo. Quando perguntados qual religiosidade eles não seguiriam de forma alguma, responderam que seria o candomblé, em segundo lugar o espiritismo e em terceiro o protestantismo. Lembrando que antes afirmaram ser o ateísmo o pior, mas em relação a religião, seria o candomblé.

No que se refere aos países, a maioria escolheu os EUA como melhor lugar para se viver, enquanto o mapa da África foi considerado por eles como o pior. Já em relação às cidades, não demonstraram surpresa alguma ao ver uma imagem belíssima de Nova York e outra de uma rua desse mesmo local tomada por mendigos, assim como também nas outras cidades que mostramos, como Londres e Tóquio, mas ficaram extremamente surpresos ao verem a foto de uma cidade africana onde a riqueza e a beleza imperavam.

A intenção em mostrar fotos contrárias da mesma cidade foi demonstrar para eles que em todos os lugares coexiste riqueza e pobreza. Inclusive houve comentários que afirmavam ser a cidade africana a mais bonita das fotos, sendo que a escolha delas se deu da forma mais democrática possível, no sentido de fazer com que a beleza ou pobreza de uma não se sobressaísse a outra, o que ocorreu na escolha de todas as imagens.

Quando questionados o porquê da preferência pelas figuras brancas as respostas giraram em torno de questões como beleza e verdade, dando a entender que esse conceitos para eles estão formados sob uma base eurocêntrica e preconceituosa. O mais interessante é que, no início da oficina perguntamos para eles quem se considerava racista, e todos afirmaram não o ser. No final, acabaram por perceber que suas atitudes são, muitas vezes, inconscientes.

Em seguida continuamos problematizando sobre as varias formas de racismo e discriminação, para exemplificarmos contextualizamos o processo histórico de significações e resignificações que a pratica da capoeira atravessou. Nesse sentido compreendemos que a capoeira é uma arte que educa com sensibilidade e historicidade permitindo que no ambiente da escola, adolescentes praticantes ou não dessa arte, aprendam sobre a história e cultura afro-brasileira, desse modo torna-se possível desmistificar concepções que historicamente contribuíram para a descriminação e depreciação da cultura negra. Os elementos africanos da capoeira são evidentes, os instrumentos musicais, tambor e berimbau, a formação em roda, a ginga, os ritmos, os passos da dança, entre outros elementos característicos da cultura africana.

A escolha da capoeira enquanto objeto de reflexão, parte do interesse pelas manifestações próprias da cultura Afro-Brasileira, terreno de sabedoria e arte. Nesse sentido pisamos em um terreno fértil que nos permite dialogar com os diversos saberes do conhecimento. O universo da capoeira esta configurado hoje em um contexto

diferente do passado. O dinamismo da sociedade permite outro olhar que recria resignifica essa prática cultural.

Trazer o debate sobre a capoeira para a sala de aula é da visibilidade de forma didática a cultura afro brasileira para dar enfoque e despertar o respeito ao outro, e refletir de que maneira tem sido construída ao longo do processo histórico a identidade do povo Brasileiro.

Considerações finais

Com o projeto propesq/uepb intitulado: Africanidades e Afrobrasilidades na lei 10.639/03 – um olhar para as escolas quilombolas e as instituições públicas de ensino de campina grande-pb: currículo, prática pedagógica e formação docente, nos propomos a colaborar para uma educação anti- racista e conseqüentemente a construção de uma sociedade mais digna e democrática para todos, que reconheça e respeite a diversidade.

Nesse sentido, é preciso repensar o ensino de História e os demais saberes do conhecimento que podem contribuir com essa discussão, a fim de dar maior visibilidade à participação e à contribuição das populações negras no processo de formação da sociedade Brasileira dando ênfase as suas manifestações culturais. Isso possibilitará aos alunos o conhecimento da história dos africanos e de seus descendentes no Brasil.

O preconceito racial faz-se presente na escola e precisa ser combatido. Essa instituição deve se desprender dessa lógica de segregação racial tão enraizada em nossa sociedade, que sustenta a desigualdade e o preconceito racial. É necessário que as discussões sobre o racismo e as relações raciais “entrem” na escola, que a história dos negros, suas manifestações culturais e religiosas sejam tratadas com a dignidade que lhes é devida, que crianças e adolescentes, negros ou não, saibam da importância desse povo na formação do nosso país.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e anti-racismo na educação:** repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio (ORGs). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. Ed, Petrópolis-RJ: Vozes, 2007, P. 38-89.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola:** Desafios colocados pela implementação da lei 10.639/2003. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FONSECA, Selma Guimarães; COLTO, Regina Célia do. **Formação de professores e ensino de História: A perspectiva multicultural em debate in_**. Linhas críticas. Brasília-DF: 12. Vol.2006 p. 59-74.

LANGER, Johnni. **Metodologia para a análise de estereótipos de filmes históricos**. 2009. P.10

CERTEAU, Michel de; Trad. ALVES, Ephraim Ferreira. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 13.Ed. , Petrópolis – RJ: Vozes, 2007, p. 351

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA, Brasília- DF: 2004, P. 36

PAIVA, Ilnete Porpino de. **A capoeira e os Mestres**. Natal, RN. 2007

PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA, Brasília- DF: 2004. p. 57

REGULAMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA, João pessoa –PB: 2010, p. 18

RESOLUÇÃO Nº 087: Regulamentação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana e da História e cultura Indígena no sistema municipal de ensino de Campina grande. Campina Grande- PB: 2010. P.8

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: Varnhagen a FHC, 2. Ed. Rio de Janeiro –RJ: FGV, 2000, p. 173.

SOUZA, Marina de Melo e. **África e Brasil Africano**. Ed. Àtica. São Paulo, 2006.